

Congresso promulga corte de gastos

Emenda constitucional concentra maior parte do pacote; medidas buscam melhorar equilíbrio fiscal do governo

DE BRASÍLIA

O Congresso promulgou ontem a Emenda Constitucional 135/24, que trata do pacote fiscal de corte de gastos do governo. O texto é oriundo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/24, fez alterações em receitas obrigatórias e prorrogou a Desvinculação de Receitas da União (DRU). As medidas visam melhorar o equilíbrio fiscal do Governo Federal.

Entre as alterações previstas pela PEC e projetos de lei já aprovados, estão a do teto dos salários do funcionalismo público (supersalários), regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial, reajuste do salário mínimo, limites para a concessão e

BPC

O projeto impediu considerar outras fontes de recursos do candidato a beneficiário para dificultar a concessão do BPC a ele. Assim, o texto excluiu a possibilidade de que, no caso de familiares contribuírem com a subsistência do requerente, a regra de coabitação seja afastada; excluiu possibilidade de que a posse de patrimônio superior a limite de isenção do Imposto de Renda seja prova de que o requerente do BPC pode se sustentar; retomou conceito original de pessoa com deficiência; e voltou a regra que desconsidera renda de benefícios previdenciários ou assistenciais de familiares.

Cadastro biométrico

O texto inclui a obrigatoriedade de cadastro biométrico para

PRINCIPAIS MUDANÇAS

concessão, manutenção e renovação de benefícios da Previdência. No entanto, em locais de difícil acesso ou quando o requerente tiver dificuldades de deslocamento devido à idade ou saúde, será concedido o prazo de seis meses, prorrogável uma vez, para apresentação do documento com cadastro biométrico.

Fundo do DF

O projeto retira o trecho que estabelece que a despesa federal alocada em fundo crescerá limitada ao IPCA. Hoje, o fundo é corrigido pela Receita Corrente Líquida (RCL).

Salário mínimo

O texto determina que o reajuste real (desconsiderada a inflação) do salário mínimo nunca crescerá acima da regra de cálculo das despesas totais do orçamento.

Pela proposta, o piso nacional continuará sendo corrigido pelo valor acumulado do INPC até novembro mais a variação do PIB de dois anos antes, mas limitado à regra do arcabouço fiscal a cada ano.

Proagro

O projeto prevê que o planejamento das contratações do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), financiamento para perdas com o clima ou pragas, ficará sujeito à disponibilidade orçamentária para o seu custeio.

Bolsa Família

O projeto muda os parâmetros relativos à permanência no Bolsa Família, incluindo o estabelecimento de índices máximos de famílias unipessoais (compostas de um só integrante).

ampliação de benefícios tributários e limitação do crescimento de despesas vinculadas ao arcabouço fiscal.

"A responsabilidade fiscal se consolidou como imperativo nacional, mesmo ainda em tempos de cenários econômicos desafiadores, como é o tempo presente", disse o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao promulgar a emenda.

O Senado concluiu ontem a aprovação do pacote com o placar de 42 a 31 em outro projeto, fora da PEC. Na parte específica do BPC, o relator Rogério Carvalho (PT-SE) indicou que o presidente Lula deverá vetar trechos. (Agência Brasil e Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Pagina: 20